

POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE SÃO LUÍS – MA

Adeíses Lima dos Santos ¹

RESUMO

O presente trabalho dispões sobre a implementação em fase inicial do Sistema de Avaliação da Rede Pública de São Luís (SIMAE/SL), buscando compreender o SIMAE em sua fase inicial a partir de sua implementação e de seus primeiros resultados. A investigação foi realizada no Núcleo de Avaliação Educacional (NAE) da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e foi realizada entrevista semiestruturada com uma professora do 3º ano do ensino fundamental da rede municipal de ensino. Como referencial teórico, dialoga-se com BELLONI (2000), LIMA (2012), LUCKESI (2003) e SILVA (2001). Chegamos à conclusão que o Sistema próprio de avaliação do município de São Luís veio para somar com as necessidades escolares e ajudar no diagnóstico preciso da real situação educacional que irá refletir em intervenções mais específicas e eficazes.

Palavras-chave: Avaliação, Sistemas, SIMAE – SEMED.

INTRODUÇÃO

A avaliação é uma etapa fundamental para o processo de ensino-aprendizagem, pois ela reflete a concepção de sociedade, de indivíduo, não sendo uma ação neutra. Através dela é possível identificar quais os pontos que interferem no desenvolvimento das principais ações educativas. Implicando na adequação de instrumentos avaliativos às metodologias e exigindo do professor uma interpretação rigorosa dos dados coletados para uma boa condução dos resultados.

Desse modo, de acordo com Luckesi (2011, p.266) é necessário que o professor tenha “disposição psicológica para acolher a realidade como ela se apresenta para depois modificá-la”, ou seja melhorá-la/ transformá-la, pois para o autor:

A avaliação está posta para diagnosticar a situação e criar condições para que os estudantes possam adquirir experiências de vida mais diversificadas, ao mesmo tempo mais complexas, contribuindo para reorientação da prática pedagógica, a fim de garantir a aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos. (LUCKESI, 2011, p.197)

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão - MA, adeiseslima@hotmail.com; (83) 3322.3222

Assim sendo, este trabalho buscou compreender o Sistema municipal de Avaliação da Rede pública de São Luís, em sua fase inicial a partir de sua implementação e de seus primeiros resultados, nesse primeiro buscamos conhecer as políticas de avaliação, sua elaboração e os objetivos que já foram alcançados com a sua implementação. Tendo como parâmetro seus três principais instrumentos: o caráter diagnóstico, o caráter formativo e o caráter somativo.

Desse modo o fazer pedagógico deve considerar o que avaliar, como avaliar, para que é e para quem está se avaliando. E são essas reflexões que devem nortear todo o processo educativo de nossa pesquisa, respeitando as peculiaridades, singularidades e subjetividades de cada estudante. Por isso, avaliar segundo Luckesi (2011), “é fazer uma descrição da realidade, com a qual estamos trabalhando, e ela, por sua vez, depende de dados” (LUCKESI, 2011, p.294). Pois através deles e por eles nossas análises tomaram corpo e ganharam reflexões, problematizações e farão com que nosso olhar sobre esse processo possa garantir contribuições significativas sobre (SIMAE/SL).

O Sistema de avaliação brasileiro foi se ampliando desde o fim da década de 1980 até o atual contexto. Entretanto, a falta de recursos impediu o prosseguimento do projeto, deslanchando efetivamente a partir de 1990, com a viabilização do primeiro ciclo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Na sequência, os ciclos de avaliação se davam por amostragem de três em três anos.

A partir de 2001, ocorre uma mobilização do MEC no sentido de empreender um rigoroso planejamento no funcionamento do Saeb, sendo repaginado e aprimorado. Em 2005, é novamente aperfeiçoado, ampliando-se com a inclusão da Prova Brasil, tendo, entre outras mudanças, uma avaliação em larga escala de caráter universal com aplicação bianual.

Atualmente, todas as etapas e níveis de ensino, exceto a educação infantil, sofrem avaliações padronizadas, organizada e centralizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) órgão ligado ao Ministério de Educação e Cultura (MEC). O destaque nos resultados do Sistema Nacional de avaliação da educação básica (Saeb) é do índice de desenvolvimento da Educação básica (IDEB) que, por meio de acordos e convênios intergovernamentais tem provocado a curiosidade de pesquisadores da área acerca do seu funcionamento, mecanismos, relevância e implicações na política educacional brasileira.

O SIMAE/SL é o primeiro Sistema Municipal de Avaliação implementado em um município do nosso estado, que tem como base a construção da sistemática de avaliação da rede municipal como eixo norteador, cujo objetivo é avaliação é uma etapa fundamental do processo de ensino e aprendizagem, que envolve a comunidade escolar, adequando momentos de

reflexão sobre a prática pedagógica, as aprendizagens desenvolvidas e consolidadas pelos estudantes durante sua trajetória escolar.

No segundo semestre de 2017, o SIMAE iniciou a sua implementação. Esse sistema é formado pelo programa “Educar Mais” e tem como objetivo avaliar 113 escolas e 48 anexos., além de fortalecer os programas de formação continuada e atualizar a proposta curricular da rede municipal de ensino.

Esse sistema é considerado um método próprio de avaliação de proficiência dos alunos criado pela prefeitura de São Luís, para conhecer o nível educacional dos estudantes da rede e da realidade escolar. Com base no levantamento de dados se compreende esse sistema de avaliações (SIMAE) e análise de seus resultados, como fundamental para identificar problemas e gerar soluções, que possibilitem a aplicação de novos mecanismos e métodos, elevando a qualidade dos indicadores educacionais.

Nesse sentido, investigamos acerca da implementação do Sistema municipal de avaliação (SIMAE), seus primeiros resultados e possíveis impactos, sejam em seus aspectos positivos ou negativos.

METODOLOGIA

A abordagem de pesquisa escolhida é a qualitativa, visto que “considera a complexidade e variabilidade dos fenômenos humanos e culturais, pressupõe observações diretas para recolher dados sobre eles no seu ambiente natural, [...] e sistematiza o conhecimento ou a teoria a partir dos dados (LIMA apud STRAUSS e CORBIN, 2008).

Para a coleta de informações foi utilizada a entrevista semiestruturada com uma professora do 3º ano de uma escola da Rede Municipal de São Luís – MA.

DESENVOLVIMENTO

Ao refletirmos sobre a avaliação e interessante compreender sobre o significado e a legítima representação que este tem perante a comunidade escolar. Se a avaliação é entendida apenas como uma forma de punição aos alunos ou de responsabilizar os professores, ou se realmente é um meio de diagnosticar a situação educacional dos alunos e tomar providências para sua melhoria. Belloni (2000) nos diz que:

Avaliar significa compreender as atividades, fatos ou coisas avaliadas com vistas a estimular seu aperfeiçoamento. Essa dimensão da concepção adotada explicita a finalidade prática da avaliação que é voltada não apenas para melhorar o

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

conhecimento ou as informações sobre as ações desenvolvidas, mas principalmente para subsidiar a tomada de decisão; portanto, deve oferecer, de modo explícito elementos para o aperfeiçoamento da política ou para sua total revisão ou substituição” (BELLONI, 2000, p. 27).

A avaliação deve ser um instrumento para o controle social, ou seja, para saber como as pessoas veem os resultados e como eles chegam à população, para assim ser um verdadeiro exercício da cidadania. Por isso é importante que seus resultados sejam compartilhados com todos os sujeitos envolvidos.

De acordo com Mendes e Sordi (2013) a avaliação visa o bem comum de todos, como um mecanismo de regulação de ações e políticas sociais, que pode permitir uma notável diminuição das possibilidades de fracasso de um programa de interesse social.

Segundo Silva (2001):

Recusa-se a visão de avaliação como simples medida de desvio entre o esperado e o realizado no campo das políticas sociais, tal como foi concebido no modelo funcionalista clássico. Entende-se que não se questionar sobre as decisões predefinidas é frequentemente não levar em conta um caminho feito; os fatores que objetivamente contradizem os fundamentos das decisões tomadas, interditando-se a possibilidade de sugerir mudanças.” (SILVA, 2001, p.28)

As políticas de avaliação no município de São Luís eram utilizadas de forma externa e interna. Externa na forma das avaliações nacionais, através da prova Brasil e da avaliação nacional da alfabetização, a ANA. A Prova Brasil, na qual os alunos são avaliados no quinto e nono ano do ensino fundamental e a Ana em que são avaliados no terceiro ano, o ministério da educação faz a coleta das informações na aplicação dos testes, aplica provas de língua portuguesa e de matemática e os questionários socioeconômicos para os gestores, professores e funcionários das escolas, essas informações são coletadas ao longo de um ano.

No ano seguinte, o MEC disponibiliza as informações para as Secretarias de Educação de cada município para serem trabalhados, fazendo a interpretação e dando a devolutiva para a escola, e essas são utilizadas para fazer as intervenções pedagógicas, dependendo do que as crianças já aprenderam, quais as habilidades já foram consolidadas, quais as maiores dificuldades encontradas dentro de cada nível e a partir de então são montados os planos intervenção pedagógico nas escolas. Porém, os indicadores de qualidade que o IDEB (Índice de desenvolvimento da Educação Básica) fornecia para São Luís, estavam mostrando um certo descontentamento, em 2013 de cada 100 crianças apenas 23 eram alfabetizadas satisfatoriamente aos 8 anos e em 2014 esse índice caiu para 19%, ou seja, de cada 100 apenas

19 concluíam de forma satisfatória o primeiro ciclo. Daí surgiu a necessidade do município de São Luís criar um Sistema de avaliação próprio.

A avaliação educacional tem como principal objetivo fazer o mapeamento dos estudantes para obter uma verificação do desempenho e conseqüentemente fazer a intervenção pedagógica na medida certa.

Um dos principais benefícios que o SIMAE traz, se comparado a outras avaliações externas como a Provinha Brasil e a ANA, são as suas especificidades, ou seja, enquanto as avaliações nacionais dão um resultado individual por turma, anexos e escolas. Além disso, pode trabalhar-se também com outras disciplinas como História, Geografia, Ciências e modalidades como a EJA, por exemplo.

A avaliação não é uma ação neutra, ela reflete uma concepção de mundo, de indivíduo e de sociedade, enquanto processo ela consiste em monitorar o que se tem realizado durante o desenvolvimento de um programa ou projeto. Ela permite identificar os pontos que interferem no desenvolvimento dessas ações e um dos seus principais focos é evitar a perda de recursos públicos e se os resultados são negativos é necessário o posicionamento do Estado.

Ela deve ser um instrumento para o controle social, ou seja, para saber como as pessoas veem os resultados e como eles chegam à população, para assim ser um verdadeiro exercício da cidadania. Por isso é importante que seus resultados sejam compartilhados com todos os sujeitos envolvidos. Os resultados da avaliação colocam em prática “o direito à informação que é “precipuaemente uma liberdade democrática, destinada a permitir uma adequada, autônoma e igualitária participação dos indivíduos na esfera pública” (LAFER, 1988, p.241).

Ela é um mecanismo de conhecimento e compreensão de atitudes e ações na prática de determinada política pública, com o objetivo de orientar e aperfeiçoar estas ações, garantindo melhorias futuras. A avaliação contribui também para a diminuição das chances de fracasso de um programa social.

O processo de avaliação deve ser reflexivo e democrático e não existe um único ou um melhor modelo de avaliação e nenhum instrumento é completo por si só, sendo assim para uma avaliação são usados vários tipos de instrumento que se complementam.

É importante compreender também que esse processo é contínuo e democrático, ou seja, acontece de forma permanente e os aspectos a serem avaliados deve envolver a participação dos sujeitos e suas especificidades. Assim, a avaliação institucional possibilitará a reestruturação dos processos e políticas educacionais e a introdução de mudanças positivas na instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a realização da pesquisa escolheu-se uma escola da rede municipal de São Luís – MA, mais precisamente uma professora do terceiro ano do turno matutino. A escola possui 07 salas de aula em funcionamento, com 35 alunos em média por classe. A gestora é sempre muito solícita e disponível, a mesma está à frente do colégio a 8 anos. O prédio não possui biblioteca, laboratório de informática, quadra ou outro ambiente de uso comum para a propositura de atividades diferentes.

No primeiro momento foi questionado à professora sobre a sua concepção sobre avaliação e a mesma informou que entende a avaliação como um conjunto, levando em consideração todos os aspectos do aluno, o avaliando como um todo. Percebemos que a concepção de avaliação da professora é baseada em ideias e concepções bem tradicionais.

Sobre o principal objetivo da avaliação a professora nos disse:

É verificar como o aluno está em relação a aprendizagem, mas não só no sentido de aprendizagem, mas em todo o conjunto, como está a sua aprendizagem nos conteúdos e até no seu relacionamento na sala de aula, com o colega, com o professor, se ele veio para a escola, se faz atividades e se gosta de fazer, se participa, tudo isso entra na avaliação, observar todos os aspectos. Observar também o que ele gosta mais, tem alunos que gostam mais de escrever, outros de ler e aí é que temos que avaliar naquilo que ele se destaca mais.

A avaliação não acontece por acaso, ela é sistemática e planejada, pois ela tem “um comportamento propositivo, intencional, planejado, não simplesmente reativo, casual. Põe-se em movimento com a decisão de alcançar certos objetivos através de certos meios: é uma ação com sentido. (AGUILAR VILLANUEVA, 1996, p.240).

Questionamos em seguida sobre a apresentação da SIMAE aos professores, como foi esse primeiro contato, a professora nos disse que foi feito todo o processo corriqueiro, onde primeiro os professores são convocados por uma chamada, que pode ser através de um ofício vindo SEMED e depois a reunião dizendo dia e local onde eles devem ir. A professora nos acrescentou ainda que: “foram todos os professores e foi feita uma apresentação da Universidade de Minas Gerais”, onde além dessa reunião houve mais uma etapa que ela não compareceu, mas que nessa reunião eles explicaram o que é o SIMAE, fizeram o lançamento do projeto, mostrando como funciona através de trabalhos e ressaltaram ainda que esse projeto atua em outros estados e até em outros países. Sobre a sua opinião sobre o SIMAE, a professora declara:

Eu apoio, eu estou trabalhando e eu estou achando que os alunos estão avançando. Agora tem alguns entraves, mas isso é mais relacionado à aluno e escola, mas o projeto em si eu apoio, acho muito bom, inclusive meus alunos, graças à Deus estão

avançando com o projeto, agora tem outras questões que deixam a desejar, mas em relação ao projeto não.

Em relação a essas questões que deixam a desejar a professora nos disse que são questões estruturais da escola. De acordo com o projeto ela teria que atender 20 crianças, mas pela grande demanda ela acaba atendendo mais dois alunos de outra sala, o que totaliza 22 alunos. Além disso o fato de as crianças precisarem se deslocar de uma sala à outra, levando as mesas e cadeiras leva à um certo desconforto, ressaltando ainda o pouco tempo de projeto, sendo apenas 1:30h para as atividades.

Continuamos com as perguntas questionando se a professora participou dos treinamentos disponibilizados pela SEMED e qual a contribuição desse treinamento para a sua prática, a professora nos disse que participou e que isso contribuiu para ensiná-los como trabalhar com as 60 lições em dois dias de treinamento.

Entramos no ponto da aplicação dos testes avaliativos do SIMAE, a professora disse que participou das aplicações e que pelo fato de: “até os alunos já tem costume de fazer provas como provinha Brasil, então eles não tiveram dificuldade”. Ressaltou ainda que o SIMAE teve mais critérios na aplicação, mas que todos tiveram treinamento até para a aplicação das provas.

A professora nos disse quinada que apesar de ter participado da aplicação das provas ela não ficou na mesma sala dos seus alunos e que nem teve acesso aos resultados das provas e quando questionada sobre as dificuldades apresentadas pelos seus alunos que possivelmente seriam detectadas através das avaliações do SIMAE ela nos disse que não tinha como nos responder concretamente pois não teve acesso a esses resultados, mas que, provavelmente seriam em relação a leitura. Questionei se o fato de ela não ter tido retorno a atrapalhou em algo e ela disse que sim, já que os resultados eram importantes até mesmo para a sua autoavaliação.

Sobre a opinião da professora em relação ao caderno 60 lições, ela nos disse:

“Eu acho bom, muito bem feito, estruturado, ele já vem todo pronto, já vem o texto para fazer leitura a deleite, já vem o planejamento, já vem dizendo tudo que você tem que fazer, material de apoio, tudo. Não tem problema não. Só é trabalhoso porque tem muitas atividades que a gente tem que fazer, tipo, tem muitas atividades para recortar, tem atividades que a gente tem que fazer ficha, palavras, nesse sentido ele é trabalhoso”

Quando questionada se as 60 lições abrangem as necessidades ou dificuldades que foram detectadas na avaliação do SIMAE, ela disse:

Eu acredito que é justamente para isso, pra tentar melhorar, porque os dados da educação do município, principalmente em relação ao ciclo e a alfabetização está

muito a desejar, então eles esse trabalho justamente pra isso, pra ver se a gente melhora na questão da aprendizagem dos alunos, porque tem muito aluno chegando no 3º ano sem ler. Todos esses meus alunos que eu estou trabalhando não conseguem ler e ainda tem aluno que não conhece nem letra.

Perguntamos se ela percebeu alguma diferença no aprendizado das crianças a partir do trabalho realizado com as “60 lições” e ela nos disse que alguns alunos já estavam lendo, porém dois ou três ainda não conheciam as letras.

Encerramos a entrevista perguntando quais críticas e sugestões ela teria às 60 lições, a professora nos informou que:

A crítica que eu faria era que se o projeto pudesse ser no contraturno, pra mim surtiria mais efeito e também se fosse disponibilizado mais horas, uma coisa que eu acho ruim é o horário, são muitas coisas, o projeto é dividido em 20 minutos pra isso, 15 minutos para aquilo, 15 para aquilo outro, mas como os meninos tem muita dificuldade, as vezes a gente passa, a gente acaba passando 20, 30 minutos. Tem atividade que não ultrapassam o horário de 1:30h. E eu acho que deveria ser no horário do contraturno, pelo menos 2 horas. Eu acharia melhor, porque ai tem que tirar o aluno da sala e depois volta, mas mesmo assim eles estão conseguindo. Mas se fosse no contraturno seria bem melhor.

Desse modo, é possível perceber a partir da fala da professora que o SIMAE teve uma grande aceitação na escola em que foi pesquisada e está sendo proveitoso na aprendizagem dos alunos, houve uma melhora significativa no processo de alfabetização e leitura dos alunos a qual esta sendo trabalhado com o material 60 lições, necessitando apenas de alguns ajustes com relação a horários e comunicação dos resultados entre a SEMED e os professores da rede municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho abordamos a temática “Uma análise inicial sobre Sistema Municipal de ensino de São Luís” Refletimos sobre os motivos que levava a sua implementação, as principais dificuldades enfrentadas, e os principais benefícios em relação aos outros programas de avaliação.

É importante ressaltar que os estudos de políticas de avaliação são importantíssimos para sabermos a real situação da nossa realidade educacional, o que está sendo feito para melhorá-la, e o que podemos fazer como parte integrante dessa realidade.

Começamos nossa pesquisa com pesquisas bibliográficas para entender um pouco sobre as concepções, definições e conceitos sobre avaliação, e depois buscamos respostas sobre nossos questionamentos como a origem e história do SIMAE (nosso objeto de pesquisa), a sua

implantação nas escolas da rede municipal e quais as diferenças que um sistema municipal iria ter no processo de ensino e aprendizagem, levando em consideração a existência de um sistema de avaliação nacional, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que já faz um trabalho semelhante no diagnóstico da aprendizagem das escolas públicas de educação básica brasileiras.

Foi possível compreender que o processo de avaliação utilizado pelo SIMAE se faz necessária para gerar um diagnóstico a respeito de cada estudante, pelo menos de maneira mais individual e específica, porém não é o único método avaliativo a ser utilizado. De forma que no decorrer da aprendizagem deve ser feita a avaliação formativa a qual está pautada em fazer o acompanhamento. Ao final ainda é importante avaliar novamente para entender se realmente o trabalho realizado trouxe resultados positivos para a aprendizagem desses alunos.

Avaliar é um desafio para os profissionais da educação, processo que requer estudo, reflexões que levem a mudanças práticas. Sendo assim, deve ser fonte de inovação, pois exige uma nova postura em relação a avaliação propriamente dita, mas também da educação como um todo e do posicionamento na sociedade em constante mudança.

Podemos concluir através desse estudo que existem sim diversas problemáticas que envolvem esse sistema municipal, dentre eles o fato de ter poucas diferenças em relação ao Sistema Nacional, e que a priori seria desnecessário, já que a avaliação diagnóstica que ele se propõe a fazer já é feita a vários anos pelo SAEB. Acredito ser necessário uma reformulação desse sistema, para que realmente ela tenha o efeito necessário e a diferenciação em relação aos outros sistemas já existentes na educação básica.

REFERÊNCIAS

AGUILLAR VILLANUEVA, L. F. *La implementación de las Políticas – antologia de política Pública. México: Porrúa, 1996.*

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. *Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional. São Paulo: Cortez, 2000.*

LAFER, C. *A construção dos direitos humanos. São Paulo. Cia. das Letras, 1988.*

LIMA, Lucinete Marques. *Metodologia da pesquisa educacional: conceitos e orientações metodológicas. São Luís, 2012.*

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática. 1ed. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.*

MENDES, Geisa do Socorro Cavalcanti Vaz; SORDI, Mara Regina Lemes de. Metodologia de avaliação de implementação de programas e políticas públicas. *Eccos Rev. Cient*, São Paulo, n. 30, p. 93-111, jan./abr. 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (org.) Avaliação de políticas e programas sociais: teoria & prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.